

**CENTRO UNIVERSITÁRIO PARA O DESENVOLVIMENTO DO ALTO VALE DO
ITAJAÍ - UNIDAVI**

GABRIEL KOERICH KARSTEN

**ANALISANDO A CRISE DE 1992 SOB A PERSPECTIVA
MACROECONÔMICA AUSTRIACA**

**RIO DO SUL
2020**

**CENTRO UNIVERSITÁRIO PARA O DESENVOLVIMENTO DO ALTO VALE DO
ITAJAÍ - UNIDAVI**

GABRIEL KOERICH KARSTEN

**ANALISANDO A CRISE DE 1992 SOB A PERSPECTIVA
MACROECONÔMICA AUSTRIACA**

Trabalho de Conclusão de Curso a ser apresentado ao curso de Ciências Econômicas, da Área das Ciências Socialmente Aplicáveis, do Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí, como condição parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Prof. Orientador: Daniel Rodrigo Strelow

**RIO DO SUL
2020**

**CENTRO UNIVERSITÁRIO PARA O DESENVOLVIMENTO DO ALTO VALE DO
ITAJAÍ - UNIDAVI**

GABRIEL KOERICH KARSTEN

**ANALISANDO A CRISE DE 1992 SOB A PERSPECTIVA
MACROECONÔMICA AUSTRIACA**

Trabalho de Conclusão de Curso a ser apresentado ao curso de Ciências Econômicas, da Área das Ciências Socialmente Aplicáveis, do Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí- UNIDAVI, a ser apreciado pela Banca Examinadora, formada por:

Professor Orientador: Daniel Rodrigo Strelow

Banca Examinadora:

Prof.

Prof.

Rio do Sul, 30 de novembro de 2020.

\

“Aqueles que estão pedindo mais interferência do governo estão pedindo, em última instância, mais coerção e menos liberdade” (**Ludwig von Mises**).

Aos meus pais, irmão, minha confidente de todas as horas e a toda minha família que, com muito carinho e apoio, não mediram esforços para que eu chegasse até esta etapa de minha vida.

Ao Curso de Ciências Econômicas da UNIDAVI, e às pessoas com quem convivi nesses espaços ao longo desses anos. A experiência de uma produção compartilhada na comunhão com amigos nesses espaços foram a melhor experiência da minha formação acadêmica.

AGRADECIMENTOS

Agradeço os meus pais, irmão e namorada, que me incentivaram nos momentos difíceis e compreenderam a minha ausência enquanto eu me dedicava à realização deste trabalho.

Ao professor Daniel, por ter sido meu orientador e ter desempenhado tal função com dedicação e amizade.

Aos meus colegas de curso, com quem convivi intensamente durante os últimos anos, pelo companheirismo e pela troca de experiências que me permitiram crescer não só como pessoa, mas também como profissional.

À UNIDAVI e a todos os meus professores do curso de Ciências Econômicas, os quais foram essenciais no meu processo de formação profissional, pela dedicação, e por tudo o que aprendi ao longo dos anos do curso.

RESUMO

As discussões em torno das contribuições da Escola Austríaca de Economia compõem o pano de fundo temático deste trabalho. Nos voltamos para os contextos de crise econômica do Brasil, mais especificamente no início dos anos 1990, perguntando por possíveis aportes teóricos da Escola Austríaca para interpretar a crise, bem como as medidas para sua solução. Objetiva-se analisar as políticas macroeconômicas implementadas pelo governo brasileiro durante a crise de 1992, a luz das premissas teóricas da Escola Austríaca de Economia, contextualizando a crise, as premissas que nortearam as medidas de solução adotadas, bem como possíveis contribuições da EA. Para tanto, recorreremos a uma investigação bibliográfica, articulando livros clássicos e artigos científicos levantados a partir de pesquisas em bases de dados científicas digitais, construindo análises através de uma abordagem qualitativa dos debates produzidos entre especialistas na área. Entre os resultados, foi possível apontar para algumas abordagens e medidas de solução econômicas possíveis, a partir das influências do pensamento austríaco. Foi constatada também a pouca bibliografia existente a luz das premissas austríacas, bem como a necessidade de ampliar os debates a partir de referentes liberais, especialmente os oriundos da Escola Austríaca.

Palavras-Chave: crise de 1992, escola austríaca, inflação, moeda.

ABSTRACT

Discussions about the contributions of the Austrian School of Economics are the thematic background for this work. We turn to the contexts of economic crisis in Brazil, more specifically in the early 1990s, asking for possible theoretical contributions from the Austrian School to interpret the crisis, as well as the measures for its solution. The objective is to analyze the macroeconomic policies implemented by the Brazilian government during the 1992 crisis, in the light of the theoretical premises of the Austrian School of Economics, contextualizing the crisis, the premises that guided the adopted solution measures, as well as possible contributions from EA. For that, we resorted to a bibliographic investigation, articulating classic books and scientific articles raised from research in digital scientific databases, building analyzes through a qualitative approach of the debates produced between specialists in the area. Among the results, it was possible to point to some possible economic approaches and solution measures, based on the influences of Austrian thought. It was also noted the little existing bibliography in the light of the Austrian premises, as well as the need to expand the debates from liberal references, especially those from the Austrian School.

Keywords: Crisis of 1992; Austrian School; Currency; Inflation.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Algumas diferenças entre as escolas de pensamento econômico utilizadas.	35
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

EA - Escola Austríaca

EUA - Estados Unidos

URV - Unidade de Valor Real

PND - Programa Nacional de Desestatização

PIB - Produto Interno Bruto

FHC - Fernando Henrique Cardoso

IDE - Investimento Direto Estrangeiro

COPOM - Comitê de Política Monetária

CNM - Confederação Nacional de Municípios

NCz\$ - Cruzado Novo

Cr\$ - Cruzeiro

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
1.1 PROBLEMA DE PESQUISA	12
1.2 OBJETIVOS	12
1.2.1 Geral	12
1.2.2 Específicos	12
1.3 JUSTIFICATIVA	13
1.4 ESTRUTURA DO TCC	13
2 REFERENCIAL TEÓRICO	14
2.1 ESCOLA AUSTRÍACA	14
2.2 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA	15
2.2.1 Principais Representantes	17
2.3 PRESSUPOSTOS	18
2.3.1 Cálculo Econômico	18
2.3.2 Moeda e Inflação	19
2.3.3 Intervenção Estatal	20
2.4 AS CRISES E A ESCOLA DE PENSAMENTO	22
2.4.1 Keynesianismo e a escola neoclássica	22
2.4.2 Austríacos, Neoclássicos e Keynesianos, entre 1929 e 2008	24
2.5 CRISE DE 1990-1993 NO BRASIL	25
3 METODOLOGIA	28
4 RESULTADOS	29
4.1 ANTECEDENTES: A CRISE DOS ANOS 1980	29
4.2 A CONJUNTURA DA CRISE DE 1992	35
4.3 AS MEDIDAS/POLÍTICAS MACROECONÔMICAS UTILIZADAS PELO GOVERNO BRASILEIRO	33
4.4 ANÁLISE DAS POLÍTICAS UTILIZADAS SEGUNDO AS PREMISSAS DA ESCOLA AUSTRÍACA	36
5 CONCLUSÃO	39
6 BIBLIOGRAFIA	40

1. INTRODUÇÃO

O Brasil passou historicamente por depressões econômicas e diferentes perspectivas foram adotadas para lidar com tais abalos econômicos. Uma das maiores recessões vivenciadas pelo país foi a crise de 1992, que, por conta da hiperinflação e paralisação da economia, desencadeou, mais uma vez, uma elevação da inflação de forma descontrolada, a desvalorização da moeda e o fechamento de empresas (GALVÃO; BOITO JR, 2012).

Levando em conta que as atitudes governamentais neste período, em sua maioria, foram contraditórias e demandaram um grande período de tempo para possibilitar a restauração da economia, se faz relevante analisar as questões econômicas por uma nova perspectiva que possibilite linearidade e conformidade com a oferta e a demanda, para que a reação as situações de depressão econômica possam ser controladas a ponto de minimizar os impactos causados pela mesma (GALVÃO; BOITO JR, 2012).

Segundo Mises (2018) a escola austríaca demonstra grande comprometimento com a análise da intervenção estatal em relação à inflação, à moeda e ao cálculo econômico, pontos que apresentam grande relevância no cenário brasileiro.

Considerando o cenário vivenciado pelo Brasil em 1992 e a necessidade da implementação de uma nova perspectiva para minimizar os impactos das crises, a presente pesquisa busca, através de um estudo bibliográfico, analisar como as premissas austríacas poderiam ser utilizadas na crise de 1992 vivenciada pelo Brasil, demonstrando a relevância que a utilização da perspectiva austríaca poderia ter e contextualizando o funcionamento econômico na perspectiva austríaca.

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

De que forma a utilização das premissas austríacas na condução das políticas econômicas poderiam minimizar os impactos da crise de 1992?

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Geral

- Analisar as políticas macroeconômicas implementadas pelo governo brasileiro durante a crise de 1992, a luz das premissas teóricas da Escola Austríaca de Economia.

1.2.2 Específicos

- Contextualizar o funcionamento econômico desde a perspectiva da escola austríaca.
- Demonstrar as medidas tomadas na situação de recessão econômica vivenciada na crise de 1992 pelo Brasil.
- Analisar as características das políticas macroeconômicas utilizadas na crise de 1992, de acordo com as premissas da escola austríaca.
- Demonstrar a relevância da utilização da perspectiva austríaca no enfrentamento das crises vivenciadas pela economia brasileira.

1.3 JUSTIFICATIVA

O universo da economia, bem como a produção de todo e qualquer conhecimento científico, está constantemente em reavaliação. Seus pressupostos podem ser questionados, investigados e reelaborados, se necessário. Dessa forma, o presente trabalho objetiva se integrar a um movimento de revisão dos pressupostos teóricos hegemônicos na academia, oportunizando a ampliação das ferramentas de observação e análise.

O trabalho também guarda uma importante relevância teórica, tendo em vista que os debates em torno da Escola Austríaca de Economia foram muito questionados e subestimados pelas Ciências Econômicas por muitos anos. Dessa forma, é possível avaliar a contribuição de oferecer uma perspectiva teórica não tradicional, inovadora, entre outras coisas.

Por último, o trabalho pretende contribuir também com os debates e reflexões em torno das crises econômicas. Oportuniza mais uma avaliação crítica e sistemática das possíveis causas, abordagens e medidas de solução das crises econômicas ao longo da história. Assim, contribui com a dimensão prática da economia de lidar e enfrentar as crises.

1.4 ESTRUTURA DO TCC

Após esta introdução, no segundo capítulo será apresentada a Escola Austríaca de Economia, seus principais intelectuais, seus pressupostos teóricos e o contexto histórico da emergência e consolidação. Além disso, foi possível fazer analisar as ideias da Escola Austríaca e de outras correntes econômicas mais discutidas no universo acadêmico da economia.

Em seguida serão apresentados também os caminhos metodológicos de construção da investigação. Isto é, trata-se de uma investigação bibliográfica de caráter qualitativo, a partir de textos clássicos da economia e artigos embasados com pesquisas empíricas, disponíveis em bancos de artigos acadêmicos.

No quarto capítulo serão apresentados os resultados e conclusões obtidas a partir da investigação bibliográfica. Para tanto, primeiro, foi necessário contextualizar a crise dos anos 1990, recorrendo aos acontecimentos dos anos 1980 no Brasil. Após contextualizar a crise, foram apresentadas e analisadas especificamente as medidas adotadas durante o enfrentamento da crise, em 1992. Por último, foram discutidas e exemplificadas possíveis proposições de solução econômica no período a partir dos referentes da Escola Austríaca. O quinto capítulo é reservado para as considerações finais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

As construções teóricas ao longo do trabalho são orientadas pelos pressupostos da Escola Austríaca de Economia. Nesse tópico, a partir de comentadores da temática, foi construída uma contextualização histórica da EA, as trajetórias de emergência, questionamento e consolidação das suas ideias. Foram apresentados também os principais autores que colaboraram na formulação das premissas do pensamento austríaco, assim como os principais conceitos e recursos de análise da realidade econômica. Ainda nesse tópico foram construídas associações e debates entre os conceitos e ferramentas da EA e de outras correntes da economia.

2.1 ESCOLA AUSTRÍACA

Nos últimos anos, interpretações liberais da economia têm adquirido espaço mais uma vez no cenário econômico nacional e, também, têm sido discutidas entre alguns grupos de economistas. A crise política e econômica experimentada pelo Brasil nos últimos anos abriu espaço para a emergência de correntes políticas, ideológicas e econômicas que, até então, não eram muito disseminadas no cenário acadêmico nacional.

É nesse contexto de instabilidade que a Escola Austríaca de Economia tem voltado a ocupar a atenção de alguns economistas no Brasil e no mundo. Segundo Fabio Bableri (2008), outros momentos de emergência foram marcantes na trajetória histórica dos economistas que compunham a Escola Austríaca. O autor descreve alguns processos de emergência e ofuscamento das concepções liberais dos autores da Escola Austríaca entre economistas do mundo.

Bableri (2008) situa entre as primeiras emergências do pensamento de economistas dessa corrente de pensamento nos anos 1930, em Londres. Entretanto, no mesmo período, a recém-ocorrida quebra da bolsa de Nova York em 1929 levava a um desgaste das proposições liberais. Além disso, a consolidação das ideias de John Keynes nos anos 1930, orientando as políticas de superação da crise, colaborou com a impopularidade das ideias de autores como Carl Menger e Ludwig Von Mises.

Em seguida, os eventos decorrentes da Segunda Guerra Mundial foram mais uma razão para o desgaste das ideias da Escola Austríaca e, nos anos 1970, a Escola Austríaca passa pelo seu último ressurgimento, como chama Bableri (2008). Elementos de contextualização que serão discutidos e apresentados mais à frente explicam esse processo.

Considerando os repetidos movimentos de emergência e deterioração das ideias da Escola Austríaca, aqui procuramos identificar mais um desses movimentos nesses últimos anos e, a partir disso, construir um esforço de avaliação das possibilidades de resgate das considerações liberais formuladas por esses economistas. Aqui serão investigadas e analisadas a trajetória histórica desses economistas, seus pressupostos teóricos e suas possíveis aplicações na reflexão sobre as condições e cenários econômicos nacionais, mais especificamente na crise político econômica do início dos anos 1990.

2.2 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

A contextualização histórica das origens e do funcionamento da Escola Austríaca de Economia é possível, principalmente, pelas contribuições do professor Ubiratan Jorge Iorio (2015), além das contribuições já citadas de Bableri (2008). O livro intitulado ‘Dos Protoaustríacos a Menger: Uma breve história das origens da Escola Austríaca de Economia’, apresenta muitos dos economistas que compunham e/ou colaboraram com a formação e consolidação do pensamento característico da Escola de economia abordada.

O autor organiza a apresentação do pensamento austríaco a partir de algumas premissas básicas desenvolvidas pelos principais autores dessa corrente e compartilhadas pela maioria deles. A primeira premissa é a tentativa de compreender a estruturação da lógica da ação humana. Trata-se de um pressuposto metodológico baseado no axioma da Praxeologia, ferramenta que se relaciona frequentemente com as ideias de Ludwig Von Mises, um dos principais autores da escola austríaca de economia.

A segunda premissa é a do tempo subjetivo. Isto é, os autores partem da premissa de que o tempo sofre constantes modificações na forma como é experimentado e, por isso, modifica as dinâmicas de vida e, especialmente, de mercado. Por conta disso é que as ações e planejamentos econômicos estão em constante mudança (IORIO, 2015).

Já a terceira premissa se trata de admitir os limites na construção do conhecimento humano. Tal premissa afirma que as ações da humanidade podem ter efeitos imprevisíveis e incalculáveis, o que funciona como mais uma justificativa para considerar a flexibilidade e constante modificação dos pressupostos em relação aos planejamentos e atuações no mercado. Consideração que dialoga especialmente com as ideias de dispersão do conhecimento na sociedade, desenvolvidas por Friedrich Hayek, outro importante pensador da Escola Austríaca (IORIO, 2015).

As três premissas citadas funcionam como uma espécie de alicerce sobre as ideias que, ao longo dos séculos XIX e XX, foram se constituindo e consolidando. Os primeiros autores que sinalizavam para a constituição dessas premissas e, por consequência, da Escola Austríaca, foram Carl Menger e Eugen von Boehm-Bawerk. Ambos os autores do século XIX, que desenvolveram suas ideias em oposição e críticas aos pressupostos socialistas construídos por importantes teóricos do período, especialmente os alemães como Karl Marx e Friedrich Engels.

É já no século XX que as ideias desses autores foram revisadas e aperfeiçoadas. Ludwig Von Mises, principal representante dos economistas austríacos, foi responsável pela sistematização das ideias de Menger e Boehm-Bawerk (IORIO, 2015). Ele revisitou o pressuposto da individualidade da ação humana, por exemplo, para consolidar suas ideias sobre a praxeologia, uma das primeiras premissas do pensamento liberal austríaco.

Algumas décadas depois, autores como Hayek e Rothbard acrescentaram importantes reflexões às teses de Mises e seguiram como grandes nomes da ciência econômica do século XX. A consolidação das ideias de Hayek (muito associadas à produção do conhecimento humano) e de Rothbard (na revisitação de importantes teóricos liberais e seus pressupostos) foi responsável por uma nova onda de emergência da corrente austríaca no mundo (BARBLERI, 2008).

Muitos desses autores produziram seus primeiros escritos nos anos 1930, no entanto tiveram sua produção ofuscada pela expansão no pensamento Keynesiano que, no período, era a estratégia mais eficiente de resolução dos efeitos da crise de 1929. A Segunda Guerra Mundial também foi um importante evento na história dos autores austríacos, muitos deles fugiram da Europa no período. O que oportunizou que alguns deles fossem expor suas ideias pelo mundo, como exemplo Hayek que lecionava na Universidade de Chicago.

Após os anos 1960, a Guerra Fria criou nos Estados Unidos uma necessidade de expansão contínua e ampla do seu capital. As ideias Keynesianas já não serviam aos projetos de crescimento do período e, por conta disso, abria-se naquele período a oportunidade para que correntes alternativas de pensamento fossem apresentadas. Para Barbieri (2008), foi uma Conferência em 1974, nos Estados Unidos, o marco do movimento de ressurgimento das ideias de economistas austríacos no cenário acadêmico mundial.

Depois da conferência em 1974, os eventos e produções decorrentes desse primeiro marco, segundo o autor, foram responsáveis pela produção de uma significativa literatura sobre o assunto, contando com a legitimação dos outros pares na academia. Apesar disso, havia das profundas discordâncias entre os muitos autores acadêmicos da economia; seja na crítica

externa à Escola Austríaca ou entre os pesquisadores que objetivam disputar os sentidos construídos sobre a Escola e seus pressupostos.

Entretanto, ainda assim, as ideias liberais desses autores permaneceram distantes dos principais espaços de legitimidade e produção sobre economia. Em 2008, a crise imobiliária nos Estados Unidos mais uma vez abriu espaço para novas interpretações sobre economia como forma de encontrar uma alternativa para resolver os problemas econômicos do período. O que levou alguns economistas e curiosos na internet a revisitar as ideias da Escola Austríaca e situá-la entre as alternativas de interpretação e análise dos processos econômicos e, também, de saída da crise.

2.2.1 Principais representantes

Entre os principais representantes do pensamento da Escola Austríaca de Economia podemos citar: Carl Menger, Eugen von Bohm-Bawerk, Ludwig Von Mises, Friedrich Hayek, Murray Rothbard e Israel Kirzner. Ao longo do tópico, serão apresentados os autores e suas principais ideias.

- **Carl Menger:** teórico da economia austríaco, nascido em 1840, é considerado o fundador da Escola Austríaca (EA) de Economia. Segundo Fernanda Carneiro (2018), a principal contribuição de Menger está na tentativa de construir uma ideologia econômica que parte do indivíduo enquanto protagonista dos processos sociais. Além disso, Menger é defensor da Teoria da Utilidade Marginal Decrescente e do individualismo metodológico nas suas interpretações, abordagens e proposições.

- **Eugen von Bohm-Bawerk:** nascido em 1851, foi mais um importante teórico da EA e considerado o principal discípulo de Menger, contribuindo na teoria subjetiva de valor, elaborada pelo fundador da EA. Além disso, expandiu suas análises para construção de uma teoria do capital e juros que foi revisitada, mais tarde, por pensadores como Mises e Hayek (CARNEIRO, 2018).

- **Ludwig Von Mises:** nascido em 1881, no território do antigo Império Austro-Húngaro, tem origem em uma família muito rica da região. Muito influenciado pelas ideias de Menger durante seus estudos, ele foi professor em importantes universidades da Europa e Estados Unidos. Dessa forma, foi responsável pela ampla disseminação das ideias austríacas sobre economia, tornando-se um dos principais expoentes na história da EA. Entre as contribuições do economista estão o Teorema Regressivo da Moeda, a Teoria dos Ciclos e o Teorema da Impossibilidade do Socialismo (CARNEIRO, 2018).

- **Friedrich Hayek:** Nascido em 1899, na Áustria, é considerado o mais influente representante da EA por conta do prêmio Nobel que recebeu em 1974. Hayek foi responsável por produzir algumas alterações na abordagem tradicional do pensamento liberal, colaborando com alguns governos como o de Ronald Reagan, nos EUA, e Margareth Thatcher, na Inglaterra. Foi um defensor da ideologia liberal e colaborou com a produção de proposições em torno da ideia de ciclos econômicos, apropriando-se das ideias em torno da teoria da moeda e das flutuações econômicas (CARNEIRO, 2018).

- **Murray Rothbard:** Nascido em 1926, nos Estados Unidos, foi aluno de Mises, por quem foi muito influenciado na sua carreira. Segundo Carneiro (2018), Rothbard foi responsável por colaborar na definição do conceito moderno de libertarianismo, além de fundar a ideia de “anarcocapitalismo”, uma vertente do anarquismo baseada no livre mercado. As colaborações do autor foram importantes motores de expansão das ideias liberais, fazendo com que ganhassem cada vez mais adeptos.

- **Israel Kirzner:** Economista estadunidense, nascido em 1930. Também foi aluno de Mises e, a partir das influências do teórico austríaco, construiu suas reflexões sobre a iniciativa empresarial e o funcionamento e ética de mercados. Segundo Carneiro (2018), a ideia central de Kirzner é de que a atividade em a atividade empresarial se faz necessária para identificar e corrigir os erros do mercado, “[...] possibilitando assim que novas trocas possam ocorrer entre os agentes, ocorrendo uma espécie de processo equilibrador no mercado” (Pg. 36).

2.3 PRESSUPOSTOS

As construções e contribuições dos muitos autores já citados colaboraram em uma escola específica, com marcadores próprios sobre a Economia, suas variações e metodologias de análise. A Escola Austríaca de Economia possui pressupostos próprios, métodos específicos de analisar as mudanças que ocorrem no mercado, bem como planejar possíveis soluções eventualmente necessárias em contextos de crise. Entre os pressupostos da EA estão: cálculo econômico, moeda e inflação, intervenção do Estado via políticas macroeconômicas.

2.3.1 Cálculo econômico

O cálculo econômico é um dos pressupostos que diferenciam a EA das demais formas de análise e interpretação dos fenômenos econômicos. Jesus Soto (2010), através das produções de Mises e Hayek, oferta uma possibilidade explicativa do pressuposto. Primeiro ele recorre à

metodologia individualista de análise, método compartilhado especificamente entre autores da EA, como forma de construir sua hipótese. Ele recorre ao exemplo de três empresários que, agindo mobilizados por interesses próprios, mas de forma coordenada, podem garantir que os interesses de todos sejam atendidos e ofertem oportunidades para terceiros, ofertando uma circulação livre de mercado.

Assim, por exemplo, “B”, em consequência da ação empresarial originalmente empreendida por “C”, acaba por não desperdiçar o recurso de que dispunha já que, seguindo o seu próprio interesse, é incentivado a guardá-lo e conservá-lo. “A”, por sua vez, ao dispor do referido recurso, pode agora atingir o seu fim e empreender ação que antes não efetuava. Um e outro, portanto, aprendem a agir de forma *coordenada*, ou seja, a modificar e disciplinar o seu comportamento em função das necessidades de outro ser humano. Além disso, aprendem da melhor maneira possível: *sem se darem conta de que estão aprendendo e por iniciativa própria*, ou seja, voluntariamente e no contexto de um plano no qual cada um persegue os seus fins e interesses particulares (SOTO, 2010, p. 40s).

O pressuposto austríaco do cálculo econômico, além de considerar a metodologia individual como critério de análise e abordagem e refletir sobre uma regulação liberal em que as decisões e medidas empresariais conduzem por si mesmas, alimenta uma terceira vertente: a necessidade do exercício livre da função empresarial. Soto (2010) argumenta que não há cálculo econômico sem a função empresarial. Trata-se da centralidade do pensamento de análise econômica elaborado por Mises e Hayek no teorema da impossibilidade do cálculo econômico socialista.

2.3.2 Moeda e inflação

Segundo Soto (2010), as abordagens da EA sobre a moeda são exemplificadas, principalmente, através das contribuições de Mises através da teoria da utilidade marginal. Mises produz um raciocínio que exercita os diferentes processos temporais de atribuição de sentido à moeda. Não se trata de considerá-la a partir do seu valor imediato. Para o austríaco, o valor da moeda deve ser mapeado conforme as atribuições que pessoas fazem durante a experiência delas, considerando especificamente seu poder aquisitivo. O exercício de identificar e analisar as variações nos valores das moedas, Mises chamou de teorema regressivo da moeda:

De acordo com este teorema, a procura por moeda é determinada, não pelo poder aquisitivo de *hoje* (o que implicaria o referido raciocínio circular), mas antes pelo conhecimento que os agentes formam baseando-se na sua experiência sobre o poder aquisitivo que a moeda teve *ontem*. Por sua vez, o poder aquisitivo de ontem é

determinado por uma procura por moeda que se formou tendo por base o conhecimento existente anteaquem relativo ao seu poder aquisitivo. E assim sucessivamente, até chegar àquele momento da história no qual, pela primeira vez, uma determinada mercadoria (ouro ou prata) começou a ter também procura como meio de troca (SOTO, 2010, p. 94).

Soto (2010) sinaliza ainda que a elaboração de Mises sobre os usos e atribuições monetárias é uma aplicação retroativa da teoria construída por Menger em torno do surgimento e da evolução dos usos de unidades monetárias.

Ainda segundo Soto (2010), o livro em que Mises apresenta essas elaborações é o mesmo onde o economista austríaco começa a desenvolver uma teoria dos ciclos econômicos. As proposições de Mises nesse livro, apropriando-se das ideias de Bohm-Bawerk sobre as teorias subjetivistas do capital e do juro, oferta algumas possibilidades interpretativas da relação entre os usos monetários, de crédito e a inflação.

Segundo Mises, a amplificação de todo o processo inflacionário através da expansão creditícia, mais cedo ou mais tarde, de forma espontânea e inexorável, haverá de inverter-se, originando uma crise ou recessão econômica na qual os erros induzidos a nível do investimento se tornarão manifestos e surgirá uma paragem maciça e a necessidade de liquidar e realocar todos os recursos erroneamente investidos (SOTO, 2010, p. 95).

As concepções da EA sobre a inflação, nas análises de Soto (2010), são amparadas principalmente por colocações de autores espanhóis do século XVI que influenciaram o movimento austríaco. Além de Soto (2010), Carneiro (2018) também ratifica a compreensão de Mises, compartilhada também por autores como Hayeck, de uma concepção liberal de Estado que atribui altas inflacionárias a movimentos bancários de concessão creditícia.

Segundo Carneiro (2018), a teoria dos ciclos destaca-se por articular simultaneamente elementos da microeconomia e da macroeconomia, além disso, foi utilizada diversas vezes para explicar como intervenções estatais sobre a economia implicariam, necessariamente, em movimentos de recessão e crise.

2.3.3 Intervenção do Estado via políticas macroeconômicas

Ao ler os comentários de Soto (2010) em torno das proposições de Mises e demais autores da Escola Austríaca e, até mesmo, outros economistas liberais, é possível afirmar com segurança que há uma visão negativa em torno da intervenção estatal na economia. Para Mises, segundo Soto (2010), a maior parte das suas teorias está amparada no livre mercado e na atuação

do empresariado sem limites coercitivos impostos pelo Estado. Entretanto, tal premissa guarda algumas dissonâncias no interior desse grupo.

Segundo Raphael Brasil e Joel Macedo (2016), retomando as considerações de autores como Rothbard, eles afirmam que esse autor, assim como outros pensadores liberais, especialmente na EA, admitia inclusive a possibilidade de monopólios e formação de cartéis em um mercado livre, ou seja, sem intervenção estatal. Além disso, Rothbard também defendia a existência dos monopólios diante de determinadas circunstâncias.

Mises, segundo Brasil e Macedo (2016), além de concordar com a possível existência de monopólios e cartéis, parece argumentar em defesa dos mesmos. Por exemplo, em casos em que um mercado livre sempre que a oferta de determinada mercadoria for controlada por um vendedor ou grupo de vendedores agindo em conjunto. Para o austríaco, isso não pode ser considerado necessariamente prejudicial, com exceção de casos em “[...] que a curva de demanda da respectiva commodity seja inelástica” (BRASIL e MACEDO, 2016, p. 115).

Apesar de defender, segundo Brasil e Macedo (2016), Mises se mostra ciente de que o monopolista, provavelmente, tem a tendência perversa de restringir a produção para praticar preços de monopólio. Preços suprematistas que violam e lesam os consumidores, consequentemente, a democracia do mercado.

Brasil e Macedo (2016) citam também as colocações de Israel Kirzner sobre monopólio e regulações governamentais. Os autores afirmam que o economista admite que o monopólio possa gerar efeitos nocivos e prejudiciais, por exemplo, fazendo com que o produtor não disponibilize os recursos de forma suficiente para atender aos padrões sociais de consumo. Entretanto, o estadunidense propõe como solução que produtos alternativos podem surgir como efeito dessa restrição produtiva. Dessa forma, para ele, ocorreria uma expansão do mercado, aumentando a variedade de produtos e serviços, tornando a intervenção governamental desnecessária.

Outra dimensão de debate sobre a intervenção estatal na economia é a competição. Brasil e Macedo (2016) sinalizam as diferenças entre a concepção neoclássica sobre a competição e a noção da Escola Austríaca. Ambas as escolas sinalizam como desnecessária a intervenção governamental. Os intelectuais da EA ratificam o teor de rivalidade que norteia as relações entre empresários no mercado de produtos e serviços.

[...] para a escola de pensamento da Economia Austríaca, o empresário está sempre atento à rivalidade e buscando sempre superar seus concorrentes. Mises (2010) define como competição cataláctica, em uma economia de mercado, aquela que se dá pela ação dos vendedores que competem entre si para ofertar bens e serviços de qualidade superiores e preços menores; e pela ação dos compradores que competem entre si

procurando sempre obter um preço maior do que seu concorrente. Portanto, a competição, nesse contexto da competição cataláctica, é um processo de rivalidade. Em relação à regulação econômica, parece haver argumentos suficientes para demonstrar o equívoco da intervenção governamental (BRASIL e MACEDO, 2016, p. 116).

Também falando sobre a competição, os autores citam Hayek que enfatiza que o governo não é empresário, por isso não tem qualquer necessidade de estimular a concorrência, nem mesmo regulamentá-la. Para o austríaco, é a livre concorrência que garante que o monopólio não seja vulnerável. Pois, todos os empresários estão sujeitos à competição e por isso não há posição privilegiada no mercado.

Dessa forma, é possível sinalizar para um consenso entre os autores da EA em torno do livre mercado, argumentando que a intervenção estatal pode ser prejudicial tanto para a concorrência quanto para os consumidores. Em linhas gerais, é possível afirmar que diferentes autores da Escola Austríaca compartilham da premissa de que a regulamentação governamental afeta e pode comprometer as liberdades individuais.

2.4 AS CRISES E A ESCOLA DE PENSAMENTO

A Escola Austríaca viveu altos e baixos em relação a sua legitimidade diante do cenário acadêmico mundial. Outras vertentes ocuparam maior espaço entre economistas enquanto estratégia de resolução de problemas e crises na economia. Por isso, esse trabalho objetiva avaliar as proposições da Escola Austríaca em paralelo com as colocações de outras tradições da economia, a exemplo do Keynesianismo.

Nesse tópico, objetiva-se analisar os pressupostos Keynesianos e compará-los com as proposições dos teóricos austríacos nas análises em torno de importantes momentos de crise do capitalismo mundial. Por exemplo, a quebra da bolsa de Nova York, em 1929, e a crise imobiliária também nos Estados Unidos, em 2008.

Antes de qualquer coisa, é importante uma breve e sucinta apresentação da corrente keynesiana, sua história e principais proposições teóricas.

2.4.1 Keynesianismo e a escola neoclássica

Segundo Fernando Ferrari Filho (1991), a Teoria Geral do Emprego, dos Juros e da Moeda, de John Keynes, permitiu que fossem geradas inúmeras interpretações e controvérsias

entre os estudiosos da teoria econômica. As múltiplas versões interpretativas resultantes da revisão das ideias de Keynes estão relacionadas com as proposições de que,

“[...] por um lado, o desemprego involuntário pode ser considerado um caso particular do modelo clássico, devido tão-somente à rigidez do salário nominal, uma vez que, no longo prazo, a economia tende ao pleno emprego, e de que, por outro, o princípio da demanda efetiva se constitui no argumento central do pensamento keynesiano” (FILHO, 1991, p. 340).

As proposições teóricas resultantes das revisitações e análises dos pressupostos Keynesianos têm contribuído para as discussões em macroeconomia amparadas em dois paradigmas em Economia, entre eles, a teoria neoclássica. Entretanto, há polêmicas interpretativas entre as supostas aproximações das ideias Keynesianas e do pensamento neoclássico. Apesar disso, a escola neoclássica tem maiores espaços de aproximação com o pensamento liberal nas análises econômicas mundiais, o que nos faz voltar o olhar para eles.

Além da interpretação de Ferrari Filho (1991), as apresentações da escola neoclássica podem ocorrer por outro caminho que não apenas como parte do pensamento Keynesiano. Carneiro (2018) descreve a escola neoclássica a partir de outros referentes:

A teoria neoclássica surgiu da transformação gradual do pensamento marginalista com uma nova forma de aplicação da teoria clássica, agora enfatizando não somente a oferta, mas também a demanda como determinante dos preços. Os neoclássicos colocaram em xeque as teorias da escola clássica no que se refere a teoria do valor, incorporando em sua análise econômica a teoria do valor trabalho, afirmando que o valor de troca dos bens no mercado era dado pelos custos de produção. Enquanto, os economistas clássicos, voltaram sua atenção para a produção, deixando de lado alguns aspectos como o estudo da demanda e a sua relação com o sistema produtivo. Para os neoclássicos, os problemas metodológicos não giravam somente em torno da teoria do valor, mas também na definição da economia, enquanto ciência. Assim, a economia deixa de ser somente o estudo da produção da riqueza, e passa a ser uma ciência de alocação de recursos escassos a fins alternativos, levando em consideração as necessidades e os planos de ação dos agentes econômicos. (CARNEIRO, 2018, p. 37).

A autora recorre ainda a apresentação de autores específicos da escola neoclássica e suas respectivas teorias como forma de explicar o funcionamento das ideias da escola no cenário econômico. Carneiro (2018) cita Leon Walras, sua Teoria do Equilíbrio Geral e Alfred Marshall e sua Teoria do Equilíbrio Parcial. Além disso, a autora oferta um panorama comparativo entre neoclássicos e austríacos.

2.4.2 Austríacos, Neoclássicos e Keynesianos, entre 1929 e 2008

Entre os paralelos estabelecidos por Carneiro (2018), é possível citar algumas impressões iniciais das diferenças entre neoclássicos e austríacos. Primeiro, a autora cita que, enquanto a EA enfatiza a economia enquanto uma teoria da ação, os neoclássicos compreendem a ênfase da economia na decisão.

Uma segunda característica citada por Carneiro (2018) é o teor subjetivista do pensamento austríaco, que considera o homem como centro do funcionamento das atividades econômicas, em contraste com o teor objetivo do pensamento neoclássico que considera, principalmente, os elementos externos ao homem como, por exemplo, os recursos disponíveis para a produção. Tal diferença de perspectiva tem repercussões na dissociação entre as duas escolas, isso porque enquanto para a Escola Austríaca o empresário é o protagonista das atividades econômicas, para a Escola Neoclássica “[...] trata-se apenas de um fator de produção que pode ser alocado em função dos custos e benefícios esperados, sendo dada maior atenção aos modelos de equilíbrio ao invés da análise do empresário” (CARNEIRO, 2018, p. 44).

Apesar das visíveis distâncias entre as duas abordagens citadas por Carneiro (2018), ambas as correntes podem ser situadas no interior de um espectro liberal de auto regulação mercadológica na sua concepção sobre a sociedade e a economia. As interpretações do economista Luís Carlos Bresser-Pereira (2008) sobre as crises ocorridas em 2008 e 1929, sob uma perspectiva pró-Keynesiana, sinalizam novas possibilidades de identificar aproximações e diferenças a partir das análises dos episódios de crise.

Conta o economista que ambas as crises (1929 e 2008) foram produzidas pela especulação de agentes financeiros que objetivavam obter maiores remunerações, contornando as regulações bancárias existentes. Bresser-Pereira (2008), entusiasta do pensamento keynesiano, identifica como diferenciador entre os dois períodos, a competência dos países mais ricos de neutralizar os efeitos destrutivos da crise, pois estariam munidos da teoria keynesiana.

Bresser-Pereira (2008) afirma que a crise de 1929 representou um “desmentido flagrante da teoria neoclássica” que, aos poucos, principalmente se considerarmos as medidas adotadas através do *New Deal*, nos Estados Unidos, foi substituída pelos pressupostos da economia keynesiana. Substituição que, segundo o economista, persistiu durante quarenta anos até a retomada da ideologia neoliberal, revisitando alguns pressupostos neoclássicos nas universidades.

Para Bresser-Pereira (2008), a crise de 2008, tal como a de 1929, era resultante da adoção de medidas econômicas neoclássicas (pela primeira vez nos anos 1920 e retomadas mais tarde nos anos 1970) que negligenciavam as políticas de regulação bancária. A adoção de empréstimos entre economias emergentes e a concessão dos mesmos empréstimos pelos

grandes bancos, amparados em pressupostos neoclássicos, é a causa das instabilidades experimentadas em 2008 e em 1929.

Para o economista, o único caminho de solução possível (que diferencia, inclusive, os períodos abordados) é a adoção imediata de medidas keynesianas, isto é, políticas de intervenção governamental no cenário econômico.

Já se consultarmos a perspectivas de autores da Escola Austríaca, aqui exemplificadas a partir da narrativa de Leandro Roque (2017) sobre a crise de 1929 presente no site do Instituto Mises Brasil, os mecanismos explicativos são completamente distintos. Recorrendo a metodologia da ação individual, o site aborda a quebra da bolsa de Nova York a partir das decisões e medidas adotadas pelos gestores no período, para encerrar as práticas especulativas ocorridas durante todos os anos 1920.

Segundo a narrativa de Roque (2017), foram as intervenções feitas no ano de 1929 como estratégia de encerrar as especulações, as responsáveis pela crise e não as práticas especulativas. Dessa forma, compreende-se aqui que a alta-regulação do mercado em torno dos preços especulados durante os anos 1920 seriam a solução para que a crise não ocorresse.

O mesmo exercício interpretativo pode ser feito em outros casos que não apenas a crise de 1929 ou 2008. Alguns episódios brasileiros também foram objetos de análises por diferentes perspectivas da economia, como demonstrado no próximo tópico.

2.5 CRISE DO INÍCIO DOS ANOS 1990 NO BRASIL

Segundo os historiadores Daniel Aarão Reis e Jorge Ferreira (2000), o início dos anos 1990 no Brasil foi marcado por uma forte crise econômica resultante da administração do governo militar, da crise mundial do petróleo, entre outros eventos ocorridos nas décadas anteriores. Quando o presidente Fernando Collor assumiu o poder, em 15 de março de 1990, a inflação acumulada em 12 meses tinha atingido o alarmante índice de 1764,8%. Prometendo que resolveria o problema da inflação “com um só tiro”, o novo presidente lançou o Plano Collor (mais um dos vários planos econômicos lançados entre o fim dos anos 1980 e início dos anos 1990, no Brasil) que, entre suas diversas medidas, marcaram especialmente a História do Brasil as seguintes:

1. Bloqueou, por 18 meses, todo o dinheiro acima de cinquenta mil cruzados novos depositados em contas bancárias de pessoas e empresas;
2. Congelou os preços, demitiu funcionários públicos e elevou os impostos;
3. Elevou os juros, com o objetivo de diminuir o consumo;

4. Eliminou vários impostos sobre a importação ocasionando a entrada de uma enxurrada de produtos estrangeiros no Brasil, de brinquedos a automóveis.

Retirando o dinheiro de circulação, freando o consumo, abrindo o mercado brasileiro para as importações e forçando a queda nos preços dos produtos nacionais, o governo conseguiu diminuir a inflação para 10% ao mês; em compensação, as vendas no comércio e a produção industrial caíram muito. Muitas empresas faliram; outras reduziram os salários e/ou despediram seus funcionários, resultando em um aumento das taxas de desemprego. Por conta disso, a economia entrou em uma grave recessão (REIS; FERREIRA, 2000).

Para além dos pontos históricos, as interpretações de economistas sobre o período guardam leituras muito específicas. Segundo Maxwell Moreira (2008), é possível concluir que as medidas adotadas pelo governo Collor guardam uma forte influência neoliberal, em substituição ao pensamento keynesiano. Para explicar sua perspectiva ele cita uma série de outras medidas além das citadas aqui, como políticas de desestatização, etc. Ele argumenta que a influência neoliberal levou à implementação de processos que reduziram a possibilidade de combinação entre o crescimento da produção com o aumento dos salários e a diminuição dos preços finais, viabilizados pelo aumento da produtividade. Moreira (2008) atribui à crise outros fatores além das influências do neoliberalismo.

Além do neoliberalismo, contribuíram para a superação da crise a intensificação do processo de globalização e o uso de uma nova base tecnológica proporcionada pela Terceira Revolução Industrial. A base teórica neoliberal e a Terceira Revolução Industrial influenciaram o Plano Collor, lançado em março de 1990 [...]. (MOREIRA, 2008, p. 173)

O fracasso das medidas adotadas pelo governo Collor levou a substituição da equipe econômica e a adoção de novas medidas de controle econômico da inflação. A nova equipe tentou o que Moreira (2008) chamou de política ortodoxa gradualista, o que não teve resultados, pois uma crise política motivada por escândalos de corrupção levou a derrubada do governo Collor em 1992.

As interpretações de Lavínia Castro (2016) seguem um raciocínio muito próximo ao de Moreira (2008), admitindo uma influência significativa do pensamento neoliberal em uma série de medidas além das políticas de privatização. A autora cita algumas medidas:

[...] a agenda de reformas não se limitou às privatizações. De fato, o governo Collor também foi marcado por profundas mudanças na política de comércio exterior uma vez que, simultaneamente à adoção do câmbio livre, intensificou-se o programa de liberalização de importações, que havia tido início ao final dos anos de 1980. [...]. Na prática, acabaram as formas mais importantes de controles quantitativos de

importação, para dar lugar a um controle tarifário, com alíquotas cadentes. Foi também anunciada uma reforma tarifária, na qual se anunciou que todos os produtos teriam reduções graduais ao longo de quatro anos, a partir do qual atingiriam uma alíquota modal de 20%, dentro de um intervalo de variação de 0 a 40%. Preanunciando reduções graduais, o governo pretendia preparar os produtores nacionais para a transição para uma economia mais aberta. (CASTRO, 2016, p. 137).

Castro (2016) cita uma série de medidas adotadas pelo governo Collor para resolução da crise como demonstração dos marcos do período entre 1990 e 1994. Ela sinaliza para a intensificação dos processos de privatização e de abertura econômica. A autora sinaliza que o modelo econômico brasileiro de substituição das importações estava se esgotando, o que levou a uma série de transformações nas medidas econômicas. Castro (2016) demonstra que transformações parecidas ocorriam em outros países da América Latina e, no Brasil, isso ocorreria de forma mais modesta, que insinua uma concordância da autora com os pressupostos neoliberais de privatização e abertura de mercado.

A autora aponta o fracasso das políticas econômicas adotadas durante o governo Collor e, entre outros fatores (especialmente, políticos), atribui o fracasso à lentidão nas políticas de abertura de mercado. Isso pode ser evidenciado, quando ela avalia a privatização de mais de trinta estatais durante o governo Itamar Franco, a partir de 1993. Esse sim, feliz na estabilização dos preços ambicionados desde o fim dos anos 1980, pela adoção de várias políticas econômicas além das privatizações. O melhor exemplo é a adoção da Unidade de Valor Real (URV) no Plano Real.

As interpretações dos autores, especialmente os economistas, sobre a recessão econômica do início dos anos 1990 parecem restritas a duas escolas. Aproximações com o pensamento keynesiano, no caso de Moreira (2008), ou com as medidas neoliberais, no caso de Castro (2016). A dificuldade de identificar autores acadêmicos que considerem os pressupostos da Escola Austríaca na análise de períodos como os primeiros anos da década de 1990 ratificam as colocações desse trabalho, das marginalizações dos pressupostos da EA.

Apesar do fracasso das medidas do governo Collor que, para além dos erros nas medidas econômicas, conviveu com uma série de obstáculos no âmbito político, a perspectiva neoliberal ainda continua sendo compreendida como principal alternativa metodológica de interpretação da economia. Apesar de discordarem das medidas de estatização, ou mesmo de algumas das formas de intervenção do governo Collor, nenhum dos autores sequer considera as possibilidades de auto regulação do mercado no período como estratégia de solução da crise. Diante disso, identifica-se a necessidade de construir interpretações da História da Economia amparadas nos pressupostos da EA, ao menos enquanto avaliação teórica.

3 METODOLOGIA

Os caminhos investigativos adotados na presente pesquisa caracterizam-se como uma investigação bibliográfica de caráter qualitativo. Define-se esse tipo de pesquisa como investigação que se caracteriza como uma análise das diversas posições acerca de um problema (GIL, 2002).

Para alcançar os objetivos propostos serão realizadas pesquisas em bases de dados científicas digitais, tais como: Scielo - *The Scientific Electronic*, Library Online, Lilacs e Google Acadêmico. As palavras-chave utilizadas para a pesquisa dos artigos foram: "Escola Austríaca", "Planos econômicos Brasil", "Governo Collor" e "Inflação".

Os critérios de seleção dos artigos serão artigos publicados nos últimos vinte anos, priorizando os mais recentes. Foram selecionados, prioritariamente, artigos que oportunizam reflexões sobre inflação, moeda e contribuições teóricas da Escola Austríaca de Economia, no intuito de demonstrar aplicações que dialoguem com as demandas macroeconômicas dos anos 1990, em relação ao contexto de crise e alta inflação. Além disso, foram articulados alguns textos e autores clássicos do pensamento austríaco.

Assim, articulando pesquisas que se voltam ao universo da economia e do liberalismo, além dos textos de história econômica, a investigação bibliográfica busca uma análise reflexiva das principais medidas macroeconômicas em contextos de crise no Brasil, atentando-se aos pressupostos austríacos.

4 RESULTADOS

Os resultados serão apresentados da seguinte forma: contextualização da crise econômica ocorrida no Brasil nos anos 1990. Para tanto, foram investigadas e contextualizadas suas origens e marcadores históricos. Em seguida nos voltamos especificamente para as medidas adotadas em 1992, ou seja, as estratégias governamentais de combate e enfrentamento à crise. Por último, são apresentadas algumas reflexões e exemplos de tratativas e análises da crise influenciadas pelo pensamento da Escola Austríaca.

4.1 ANTECEDENTES: A CRISE DOS ANOS 1980

A década de 1980 ficou conhecida como “a década perdida” no Brasil por conta de uma série de problemas econômicos que afetaram o cenário nacional por muitos anos. Juliano Vargas e Ednilson Felipe (2015) mapearam o cenário de transformações ocorridas nos anos 1980, oportunizando uma contextualização do período, suas principais mudanças políticas, econômicas, recorrendo aos dados e planos de governo.

Segundo Vargas e Felipe (2015), os anos 1980 estão marcados por transições que tem suas origens tanto em questões nacionais como internacionais. Elementos de natureza conjuntural e estrutural do período demandaram que, naquele momento, as políticas econômicas e de crescimento do país de modificassem. Crises econômicas e, também, as tentativas de solucioná-las foram essenciais para a adoção de uma série de medidas que afetaram estruturalmente o mundo do trabalho no Brasil, portanto, múltiplas dimensões do cenário e da experiência brasileira na década.

Vargas e Felipe (2015) objetivam responder como as transformações no cenário nacional e internacional dos anos 1980 modificaram as relações do mundo do trabalho. Ao longo da construção da pesquisa dos autores, eles oportunizam a visualização do cenário econômico brasileiro e suas especificidades, ou seja, as transformações institucionais, as crises, bem como as medidas de solução econômica e política. Traçando um panorama ainda anterior ao início dos anos 1980, os autores discorrem:

De 1930 a 1980, interregno conhecido como a “era do desenvolvimentismo”, o Brasil foi marcado pela evolução econômica e do MNT, com transformações institucionais que favoreceram vínculos mais duradouros entre empregados e empregadores. Nesse período, o país deixou de ser uma sociedade agrário-exportadora para tornar-se (majoritariamente) urbano-industrial, sob a atuação fortemente intervencionista do Estado. Todavia, a crescente concentração urbana da população resultou no aumento

da pobreza e de atividades atreladas à economia informal, isto é, alheias às garantias sociais de proteção aos cidadãos. Com efeito, verificou-se forte descompasso entre um pujante crescimento econômico e um anêmico desenvolvimento social, cenário este legado aos anos oitenta (VARGAS e FELIPE, 2015, p. 144).

Os autores explicam que na década de 1980 o Brasil contava com alguma vulnerabilidade externa, além de uma grave crise fiscal do Estado ocasionada por uma queda no dinamismo econômico. Ao fim dos anos 1980, a Constituição Federal de 1988, ou “Constituição Cidadã”, modelava um Estado compromissado com o bem-estar social. Foram institucionalizados pela Constituição direitos já antes garantidos por meio de legislação ordinária, formalizando e instituindo garantias fundamentais dos cidadãos. Entretanto, a CF/88 seguia um caminho diferente do cenário econômico existente, opondo-se ao projeto do Executivo, o que serviu como justificativa para emendas constitucionais precoces. Essa conjuntura adversa degenerou em crise do mundo do trabalho e a reestruturação produtiva foi a opção escolhida para tentar retomar o crescimento.

Alterações que estabeleceram uma performance econômica marcada, segundo Vargas e Felipe (2015), pela insegurança laboral. Os autores discorrem sobre um aumento da economia informal, o que resultou em uma evolução social e econômica fortemente assimétrica. Entretanto, nesse período o núcleo duro das estruturas industriais e produtivas foi sustentado e o aumento do emprego no setor público corroborou para minimizar os impactos dessas alterações.

As principais instabilidades podem ser analisadas a partir de medidas políticas do período. Por exemplo, José Sarney assumiu o poder em um momento em que a inflação crescia em média 18% ao mês, corroendo os salários e gerando insatisfação social. Para enfrentar essa situação, em 1986, o governo Sarney lançou o Plano Cruzado, o qual previa: 1. A criação de uma nova moeda, o Cruzado, para substituir o Cruzeiro; 2. O congelamento dos preços, tarifas e serviços; 3. O reajuste automático dos salários sempre que a inflação acumulada atingisse 20%; 4. A criação do seguro-desemprego.

Nos primeiros meses do plano a inflação caiu e a popularidade do governo cresceu. Mas, com o congelamento dos preços, ocorreu uma corrida ao consumo e, com isso, começaram a faltar mercadorias, algumas de primeira necessidade. Aproveitando-se desta situação muitos empresários começaram a praticar o ágio – cobrança acima da tabela.

Apesar disso, o governo manteve o congelamento de preços e, com isso, venceu as eleições parlamentares em novembro de 1986. Vencidas as eleições, o governo reajustou o

preço das tarifas públicas (água, luz gás), o que foi muito mal recebido pela população. Ao mesmo tempo, com a liberação dos preços, a inflação voltou a subir.

Para conter a inflação e a desvalorização salarial, outros dois planos econômicos foram criados no governo Sarney: o plano Bresser (1987) e o plano Verão (1989). Os planos fracassaram em seus objetivos, e a inflação aumentou excessivamente no último ano do governo Sarney (VARGAS e FELIPE, 2015).

Dessa forma, o fim dos anos 1980 é atravessado pelas inseguranças econômicas oriundas das crises, elemento que afetaram o desenvolvimento socioeconômico brasileiro e, principalmente, deteriorou o mercado de trabalho nacional. Além disso, é possível discorrer sobre uma instabilidade política por conta do final do governo militar, o que instituiu aos anos 1990 uma série de desafios de superação.

4.2 A CONJUNTURA DA CRISE DE 1992

Segundo Lavínia Castro (2011), o período entre os anos 1990 e 1994 foi marcado pelo início das medidas de privatização e abertura econômica. Após os fracassos de estabilização da economia nos anos 1980, o modelo brasileiro de desenvolvimento a partir da substituição de importações estava desgastado, abrindo oportunidades para as premissas neoliberais. Medidas que, segundo Castro (2011), foram adotadas de forma gradual e lenta, por conta da instabilidade política do período, pela oposição de grupos que defendiam um estado de bem-estar social e pelos sucessivos fracassos de vários planos econômicos dos últimos anos.

Em um panorama breve do período, Rogério Schimitt (2000) descreve, nos anos 1990, um cenário em que o recém-eleito presidente Fernando Collor sabia que a maior preocupação dos brasileiros naquele momento era a crise financeira e a hiperinflação. Eram necessárias medidas drásticas para recolocar a economia brasileira nos eixos, essa foi uma das justificativas para a adoção do Plano Collor. Entre outras medidas, o plano substituiu o Cruzado Novo pelo Cruzeiro, congelou novamente preços e salários e reduziu as restrições às importações.

Schimitt (2000) conta ainda que a medida que surpreendeu a população brasileira, contudo, foi o confisco dos depósitos bancários superiores a 50 mil Cruzeiros. Com o bloqueio dos depósitos, muitos brasileiros tiveram suas economias retidas nos bancos. Porém, como muito dinheiro saiu de circulação, o plano derrubou a inflação, que foi reduzida imediatamente de 80% para 10% ao mês. Collor também pretendia reafirmar seu compromisso com uma política econômica liberal. Ele criou o Programa Nacional de Desestatização (PND), um plano

de privatização de empresas públicas. Mais de 60 empresas estatais foram incluídas no programa.

Sobre os efeitos das medidas adotadas, Maxwell Moreira (2008) cita alguns dados que fornecem um panorama do período. Em relação a inflação mensal e o PIB, o autor discorre:

As medidas do plano foram capazes de baixar a inflação mensal que, em março de 1991, era de dois dígitos, superando a barreira dos 80% ao mês, para um nível inferior a 10% no mês de maio de 1991. O superávit do governo em 1990 foi da ordem de 1,20% do PIB, um pouco abaixo do objetivo de gerar um superávit de 2% do PIB. A queda brutal da inflação deveu-se, em grande parte, à também brutal redução da liquidez da economia causada pelo confisco dos ativos financeiros. Essa queda da liquidez se fez acompanhar de efeitos sobre o nível de atividade e sobre o nível de emprego da economia brasileira (MOREIRA, 2008, p. 166).

Moreira (2008) apresenta também as variações do PIB por setor, sinalizando também outras consequências além da variação do PIB, como por exemplo as taxas de desemprego:

O efeito combinado do enxugamento da liquidez com a abertura econômica fez com que o nível de atividade da economia caísse muito. O PIB total do primeiro trimestre de 1990 encolheu 2,5%, como um resultado da combinação de uma queda do PIB do setor industrial (2,7%), do PIB do setor agrícola (6,9%) e do PIB do setor serviços (0,8%). No segundo trimestre de 1990, o PIB total diminuiu mais ainda (8,2%), com expressiva queda do PIB industrial (15,4%), nesse caso sob um efeito mais expressivo da abertura econômica. Após uma recuperação de 7,4% do PIB total no terceiro trimestre do ano, voltou a cair no quarto e último trimestre (1,9%), com grande contribuição do setor industrial, que registrou queda de 4,8%. A queda no nível de atividade repercutiu no nível do emprego. As taxas de desemprego aumentaram. A taxa de desemprego aberto no Brasil no ano de 1990 foi de 4,3%, um aumento de 30,3% com relação à mesma taxa no ano anterior, que foi da ordem de 3,3%. Todos os setores (industrial, serviços e comércio) registraram aumento nas taxas de desemprego de 1989 para 1990, mas o maior impacto aconteceu no setor industrial, que aumentou de 3,9% para 5,4%, correspondendo a uma variação percentual de 38,5% na taxa (MOREIRA, 2008, p. 167s).

Os números demonstrados por Moreira sinalizam para uma solução temporária do problema da inflação, e as reduções das atividades econômicas internas. Dessa forma, a demanda de importação cresceu exponencialmente, o que tornou a solução da redução das atividades econômicas ineficiente. As instabilidades políticas colaboraram ainda mais com as medidas do presidente Fernando Collor. A estabilidade econômica só é vislumbrada no cenário nacional 1994, após a renúncia do presidente e com a adoção do Plano Real.

4.3 AS POLÍTICAS MACROECONÔMICAS UTILIZADAS PELO GOVERNO BRASILEIRO

Segundo Lavínia Castro (2011), o processo de estabilização obtido a partir do Plano Real ocorreu de forma dividida em três fases: ajuste fiscal, desindexação e âncora nominal. A autora cita algumas especificidades do exitoso Plano Real, diferenciando-o dos vários anteriores. Primeiro, o plano atribuía aos excessivos gastos públicos a responsabilidade pela inflação. O que depois não foi validado, visto que a estabilização veio a despeito da piora das contas públicas. Uma segunda originalidade do Plano Real é a estratégia adotada para tratar o componente inercial da inflação, através da URV, essa foi a fase II. Já a fase III, ainda segundo Castro (2011), corresponde a uma estratégia mais comum, caminho de quase todos os países que adotaram âncora cambial.

A autora argumenta ainda que enquanto as duas fases iniciais do Plano foram bem elaboradas e estavam envolvidas e respaldadas por debates acadêmicos, a terceira fase recorreu ao uso do câmbio e dos juros como estratégias de âncoras para os preços. Por isso, para Castro (2011), o pragmatismo e a agilidade nas respostas é o que caracteriza esta fase.

Castro (2011) oferece ainda as justificativas para as medidas adotadas. A autora cita que as condições externas para a estabilização eram muito melhores em 1994 do que na década anterior, pois havia uma abundante liquidez internacional e um patamar de reserva em torno de 40 bilhões de dólares. A abertura da economia brasileira nos anos 1990 também foi significativo para a adoção e o sucesso das medidas do Plano Real. Questões que permitem observar que, as mesmas medidas, se tomadas nos anos 1980, não funcionariam. A economista discorre sobre mais alguns fatores explicativos do sucesso do Plano.

Todas essas características foram fundamentais para assegurar a eficácia da âncora cambial, introduzida após o lançamento do real. Nesse sentido, o Plano Real, se aplicado no contexto dos anos 1980, provavelmente fracassaria. Em segundo lugar, a estratégia da URV provou ser muito superior à de desindexação via congelamento de preços. Enquanto o último provocava uma série de desajustes nos preços relativos, a URV previa um período para o alinhamento destes preços. Em terceiro lugar, o governo contava com o apoio político do Congresso e uma perspectiva de continuidade com o presidente Fernando Henrique Cardoso. Por fim, os elevados juros e o câmbio apreciado foram armas fundamentais na consolidação da estabilidade durante todo o período 1995-98, embora com profundas consequências sobre a dinâmica da dívida pública e para o crescimento (CASTRO, 2011, p. 160).

A autora reconhece que a vitória sobre a inflação obtida através do Plano Real foi um marco histórico na economia brasileira e uma grande e importante conquista. Entretanto, os sucessos guardaram alguns limites. O passar dos anos revelou que a estabilidade se restringiria aos preços, mantendo o lado real da economia ainda instável, com crescimento volátil, baixos investimentos, sobretudo os de longo prazo de maturação, baixo desenvolvimento do mercado de crédito e permanência de um viés curto-prazista dos ativos financeiros. Naquele período,

acreditava-se que o fim da inflação seria suficiente para colocar o país de volta na rota de crescimento, o que não aconteceu.

Ainda assim, analisando os anos posteriores, Fabio Giambagi (2011) atribui um saldo positivo aos resultados obtidos após a implementação do Plano Real, especialmente durante os anos do governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, eleito em 1995. Para o autor, é possível falar em dois momentos do governo Fernando Henrique, muito diferentes entre si. O primeiro está marcado pela rigidez da política cambial e a dependência crescente do financiamento externo, além de uma falta de equilíbrio fiscal significativa e preocupante. Já o segundo momento está marcado por um câmbio flutuante, pela redução do déficit em conta corrente e um poderoso ajuste fiscal.

Continua Giambagi (2011) argumentando que, tal como nos outros governos, FHC também se preocupava com o combate à inflação e também possuía uma contínua expansão do gasto público no seu governo. O autor demonstra algumas estatísticas para fundamentar suas afirmações.

[...] a despesa primária total do governo central passou de 17% do PIB em 1994, para 18% do PIB em 1998 e 20% do PIB em 2002, apesar da distorção existente nessa comparação devido ao aumento do PIB nominal na ordem de 10% em 1995 em relação à série original de IBGE. Isto é, a consolidação da estabilização e o fim de um processo histórico de 30 anos de indexação (1964-1994) são a parte boa do balanço de um período que, por outro lado, esteve associado a baixo crescimento, aumento da carga tributária e uma pesada herança de elevado endividamento externo e fiscal (GIAMBAGI, 2011, p. 193).

Além dos elementos já citados, Giambagi (2011) acrescenta outros fatores entre os elementos que atestam o saldo positivo da gestão FHC. Ele aponta um “tripé” de políticas (metas de inflação, câmbio flutuante e austeridade fiscal) que, caso fossem mantidas nos anos posteriores após o governo Fernando Henrique, poderiam sustentar condições para um promissor desenvolvimento econômico no futuro, com baixa inflação, além do equilíbrio externo e fiscal.

Segundo o autor, há também uma série de mudanças estruturais importantes, como a Lei de Responsabilidade Fiscal, a reforma parcial da Previdência Social, o ajuste fiscal nos Estados, o fim dos monopólios estatais nos setores de petróleo e telecomunicações, além do que o economista chamou de reinserção do Brasil no mundo, isto é, a obtenção de fluxos de IDE de quase 20 bilhões de dólares por ano durante oito anos, com perspectivas seguras de continuar no mesmo ritmo durante os anos seguintes.

Avaliando positivamente uma série de medidas liberais tomadas ao longo do governo FHC, como, por exemplo, as já citadas, Giambagi (2011) sinaliza como dívida do governo

outras medidas. Por exemplo, a reforma tributária, o desenvolvimento de um mercado de crédito, a superação da duradoura vulnerabilidade externa do país, entre outros.

Analisando as alterações sociais, políticas e econômicas que atravessaram o Brasil dos anos 1990, os pesquisadores Marcus de Castro e Maria Izabel Carvalho (2002) caracterizam as medidas políticas adotadas no país do período. Eles discorrem sobre um legado de políticas desenvolvimentistas e de uma estrutura corporativista que explica a dificuldade brasileira de se adaptar aos novos paradigmas econômicos do período amparados no pensamento liberal. As políticas adotadas por Itamar Franco, ministro da Fazenda do governo Collor e idealizador do Plano Real, e, mais tarde, Fernando Henrique Cardoso estão alinhadas com os pressupostos do pensamento neoliberal, hegemônico no período. Cabe analisar agora, como tais medidas podem ser interpretadas entre os pressupostos da Escola Austríaca de Economia.

4.4 ANÁLISE DAS POLÍTICAS UTILIZADAS SEGUNDO AS PREMISSAS DA ESCOLA AUSTRÍACA

Dioner Segala (2017) participa dos debates em torno das medidas políticas adotadas no início dos anos 1990. Segundo o autor, há ainda muitos debates entre diferentes correntes da economia na interpretação das soluções adotadas no período, perspectivas monetaristas, keynesianas, pós-keynesianas, desenvolvimentistas, dentre outras tantas discutem quais seriam as melhores alternativas de solução do problema, todavia não há nenhum consenso ainda.

Nesse movimento, Segala (2017) propõe a integração de mais uma perspectiva ao debate. A teoria da Escola Austríaca sobre a inflação, a partir de autores como Mises e De Soto é retomado pelo estudo, discutindo com as teorias ortodoxas. O autor procura explicar as causas da inflação através do crédito e da oferta monetária e, também, suas consequências, a partir da perda de poder de compra da moeda e da diminuição dos investimentos de longo prazo naquele período.

Entre os resultados da pesquisa, Segala (2017) construiu um quadro conceitual em torno dos principais conceitos mobilizados para explicar os fenômenos ocorridos na década de 1990. Ele procura explicar como as diferentes escolas de pensamento econômico definem e caracterizam alguns conceitos como moeda, crédito, oferta monetária, entre outros. Segue o quadro:

Quadro 1. Algumas diferenças entre as escolas de pensamento econômico utilizadas.

Teoria	Escola Austríaca	Keynesianos	Monetaristas
Poupança/ Investimento	A poupança sempre precede o investimento	Primeiro vem o investimento, depois a renda, e então a poupança	Poupança precede o investimento
Moeda	Criada para facilitar as trocas, é um meio de troca	Entendida como um meio a ser utilizado para consumo, precaução e especulação, e como extremamente necessária em uma economia	Utilizada para meio de troca e poupança
Crédito	Pode ser útil, desde que lastreado em poupança genuína, para expandir a capacidade produtiva	Necessário para a expansão da economia; sem o crédito, que gera moeda, a economia tende a estagnar	Necessário para a expansão da economia quando lastreado em poupança
Oferta Monetária	Deve ser fixa, pois o que gera riqueza são os investimentos, e não a quantidade de dinheiro.	Pode, e deve ser expandida, pois a maior demanda por moeda deve ser atendida, independente do nível de produção	Pode ser expandida, desde que a taxas menores que a produção

Fonte: SEGALA, 2017, p. 13.

Segala (2017) parte dessa diferenciação de conceitos para explicar as diferentes abordagens que as correntes econômicas ofertam para enfrentar, analisar e resolver dilemas na economia. A partir dos referentes teóricos que ele identifica e descreve, o autor apresenta algumas considerações sobre o Plano Real e as concepções da Escola Austríaca sobre as medidas adotadas nos anos 1990 e, principalmente, sobre o legado que essas decisões deixaram para a economia brasileira mesmo muitos anos depois.

O Banco Central, responsável pelas políticas monetárias (em conjunto com o COPOM e CNM), mantém a taxa de juros alta, sinalizando uma política monetária contracionista, ao mesmo tempo em que se utiliza os bancos públicos para expandir o crédito, isto é, a oferta monetária, que não são atingidos pela taxa básica de juros da economia brasileira, fazendo com que a inflação de preços seja continuamente alta, e as medidas anunciadas como soluções para diminuir a inflação não tenham a eficácia necessária – apesar de o Brasil ter a taxa de juros real mais alta do mundo desde 2013 entre 40 países estudados, a inflação de preços nesse período se manteve acima da meta central, chegando a ultrapassar o teto da meta em alguns anos. Uma política monetária não expansionista, isto é, sem expansão da oferta monetária – manter a oferta monetária estável no nível em que hoje ela está – pode ser uma alternativa para controlar a inflação de preços, e para voltar a ter uma moeda forte. E a manutenção da

oferta monetária passa pela redução da expansão de crédito, principalmente o crédito direcionado com taxas de juros subsidiadas, que desarrumam o sistema de preços e a estrutura de capital, é uma das formas de se alcançar uma menor variação de preços. Além disso, a redução da expansão do crédito leva a uma redução das fases dos ciclos econômicos (SEGALA, 2017, p. 85).

Há mais um trabalho que se ocupa das transformações propostas nos anos 1990, esforçando-se para interpretá-los à luz das proposições e referentes teóricos da Escola Austríaca. Felipe Silva (2011) se volta especificamente a decisão de desestatização das telecomunicações no Brasil, durante o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso.

O autor pretende adentrar ao debate observando os limites entre os processos de privatização e desestatização, demonstrando que os mesmos nem sempre acontecem conjuntamente. Para ele, essa condição é necessária para manutenção do livre mercado e da concorrência. Silva (2011) compara as medidas adotadas na década de 1990 no Brasil, com as medidas adotadas nas reformas liberais do governo da Primeira Ministra inglesa Margaret Thatcher no início dos anos 1980, atento especificamente ao setor de telecomunicações.

Silva (2011) lista alguns argumentos em defesa da ideia de que quando um setor ou empresa é privatizado, torna-se indispensável uma genuína desregulamentação dos mesmos, como condição necessária para a não formação de monopólios. Tal pressuposto foge a maior parte das interpretações teóricas sobre microeconomia que, para o autor, não difere esse processo, principalmente quando se estuda a privatização de um bem considerado natural. O autor parte da defesa do livre mercado, das liberdades individuais e da mínima intervenção governamental propostas pela Escola Austríaca de Economia.

Comparando os casos inglês e brasileiro, Silva (2011) se esforça em defender que:

[...] as distintas proporções na intervenção e regulação econômica das telecomunicações inglesas e brasileiras criaram desigualdades em todas as áreas pertencentes ao setor. Desde a qualidade na prestação de serviços, a tarifação, a oferta de máquinas, equipamentos e tecnologia. Evidentemente, que tais resultados começaram a desassociar-se logo no começo das desnacionalizações do setor. Enquanto no Reino Unido – ao desestatizar – a ótica privilegiada foi de incentivos à produção e tecnologia, pautadas em um plano de governo único e teoricamente sólido. No Brasil os aspectos políticos e macroeconômicos, acompanhados de planos de governo distintos pautaram as privatizações (SILVA, 2011, p. 68).

Para Silva (2011), os processos citados foram responsáveis pela criação de marcos regulatórios distintos que influenciaram de forma diferente o desenvolvimento econômico e tecnológico das comunicações. Enquanto os regulamentos britânicos são mais brandos, oportunizando assim um ambiente mais competitivo, o brasileiro é mais complexo e cheio de normas e regulações, o que carecia de estudo e aprimoramento, segundo o autor.

Diante disso, olhando para a contemporaneidade, o autor sugere a desregulamentação da telefonia brasileira urgentemente, sinalizando para o livre mercado e a concorrência como eficientes mecanismos de manutenção da qualidade, valor e acesso aos serviços. Tanto as conclusões, quanto o uso da metodologia indutiva de pesquisa são evidências da influência do pensamento austríaco nas interpretações e conclusões de Silva (2011).

Dessa forma, a mínima intervenção estatal na economia, o cuidado teórico mesmo em medidas liberais como de privatização, a atenção aos conceitos e a forma como devem ser mobilizados na hora de adotar medidas econômicas de combate e solução de crises, tudo isso pode ser compreendido como proposições da Escola Austríaca para a década de 1990.

Os estudos de Silva (2011) e Segala (2017), ainda que sejam estudos monográficos, sinalizam para um movimento de integração das proposições da EA para o universo acadêmico brasileiro. Novos debates têm emergido diante aos obstáculos econômicos e políticos que o país tem experimentado nos últimos anos. Esse trabalho faz parte dos esforços recentes de contribuição nos esforços interpretativos e de análise do cenário nacional.

A partir desses autores, alguns exemplos específicos podem ser citados para apresentar evidências das alterações possíveis de algumas medidas dos anos 1990, baseado nos referenciais teóricos da EA. O primeiro exemplo, construído a partir das conclusões de Silva (2011), se refere a política monetária e inflação.

Segundo Moreira (2008), entre as medidas do Plano Collor está a substituição da moeda Cruzado Novo (NCz\$) pelo Cruzeiro (Cr\$). A troca não teve redução de zeros, ou qualquer outro tipo de alteração que não o nome. Contudo, no que se refere a movimentações bancárias e de mercado, foram estipuladas uma série de regulamentações e limites:

- a. valores depositados em conta corrente e em poupança até o limite de NCz\$ 50.000,00;
- b. valores aplicados em operações no mercado aberto (*open market*) até NCz\$ 25.000,00 ou até 20% do total, prevalecendo o que fosse maior;
- c. valores aplicados em fundos de curto prazo até NCz\$ 25.000,00 ou até 20% do total, prevalecendo o que fosse maior (MOREIRA, 2008, p. 163).

Entre as conclusões de Silva (2011), amparadas no pensamento austríaco, as políticas monetárias não devem implicar na expansão da oferta de moedas. Essa é a principal estratégia de contenção da inflação e manutenção de uma moeda forte. Ou seja, cabe ao Estado retirar essas regulamentações e deixar que a ausência de moedas para movimentação financeira faça a regulação automática da inflação. Para isso, segundo Silva (2011), também é necessária a redução da expansão do crédito. Nesse caso, a contribuição austríaca está na retirada das

regulamentações estatais sobre a política monetária, permitindo que o mercado auto regule seus preços e serviços a partir das condições estabelecidas.

O segundo exemplo, dessa vez a partir das conclusões de Segala (2017), também sinaliza para movimentos de negação da regulação estatal. O autor se volta aos movimentos de privatização das telecomunicações no Brasil e compara com a desestatização das telecomunicações na Inglaterra. Para o autor, também amparado nos pressupostos da Escola Austríaca, é o excesso de regulamentação do governo brasileiro na atuação privada das telecomunicações a responsável pelo suposto atraso ou más condições de oferta do serviço. Segala (2017) argumenta que a diminuição dos marcos regulatórios implica na diminuição do ambiente competitivo, desestimula a concorrência, etc.

Os dois exemplos ofertados por Silva (2011) e Segala (2017) possibilitam observações sobre como a influência do pensamento austríaco apontam para medidas e soluções macroeconômicas associadas a menor intervenção estatal, a uma abordagem mais livre das circulações monetárias e de mercado, entre outras. As aproximações entre a EA e o liberalismo econômico permite, nos limites de um trabalho monográfico, visualizar possíveis contribuições ou iniciar debates sobre a integração da EA nas reflexões sobre macroeconomia.

5. CONCLUSÃO

Ao longo do trabalho, foram abordadas as concepções, referenciais e contribuições teóricas oportunizadas pelos economistas da Escola Austríaca. Foram analisados como essas possíveis contribuições dialogam com o cenário econômico brasileiro, principalmente, durante a crise econômica que ocorreu no Brasil nos primeiros anos da década de 1990.

As reflexões construídas ao longo do trabalho foram mobilizadas pelas seguintes perguntas: quais as principais contribuições teóricas da Escola Austríaca de Economia? Qual o seu contexto histórico de emergência/consolidação? Como pode ser aplicada ao cenário da economia brasileira nos anos 1990?

Para responder tais inquietações, o trabalho recorreu a ferramentas metodológicas de revisão bibliográfica e a análise informações disponíveis nas pesquisas empíricas consultadas, assim como nas reflexões presentes nos clássicos da economia austríaca.

Primeiro, foi apresentada a Escola Austríaca de Economia, seus principais intelectuais, seus pressupostos teóricos e o contexto histórico da emergência e consolidação. Além disso, foi possível analisar as ideias da Escola Austríaca e de outras correntes econômicas mais discutidas no universo acadêmico da economia.

A partir disso, foi possível notar aproximações com outras correntes liberais da economia, bem como algumas distâncias. Em linhas gerais, é possível sinalizar para um consenso entre os autores da EA em torno do livre mercado, argumentando que a intervenção estatal pode ser prejudicial tanto para a concorrência quanto para os consumidores. Em linhas gerais, é possível afirmar que diferentes autores da Escola Austríaca compartilham da premissa de que a regulamentação governamental afeta e pode comprometer as liberdades individuais.

Em seguida, foram apresentados alguns resultados e conclusões obtidas a partir da investigação bibliográfica. Para tanto, primeiro, foi necessário contextualizar a crise dos anos 1990, recorrendo aos acontecimentos dos anos 1980 no Brasil. Após contextualizar a crise, foram apresentadas e analisadas especificamente as medidas adotadas durante o enfrentamento da crise, em 1992. Por último, foram discutidas e exemplificadas possíveis proposições de solução econômica no período a partir dos referentes da Escola Austríaca.

Alguns exemplos foram apresentados através dessas proposições. Entre as conclusões, foi possível observar que a influência do pensamento austríaco aponta para medidas e soluções macroeconômicas associadas a menor intervenção estatal, a uma abordagem mais livre das circulações monetárias e de mercado, entre outras. As aproximações entre a EA e o liberalismo

econômico permite, nos limites de um trabalho monográfico, visualizar possíveis contribuições ou iniciar debates sobre a integração da EA nas reflexões sobre macroeconomia.

Dessa forma, a partir das reflexões construídas, foi possível concluir que há contribuições possíveis da Escola Austríaca para analisar contextos econômicos de crise. Para tanto, é necessário avançar nas leituras, análises, debates sobre seus pressupostos teóricos, seus autores e suas perspectivas de abordagem e efeitos econômicos. Pois, talvez a principal conclusão que puderam ser construídas a partir da presente investigação é de que são poucos os estudos e análises de crises econômicas da história, a partir de referenciais teóricos da Escola Austríaca. Diante disso, percebe-se a necessidade de continuar a construção de reflexões e investigações da história econômica a partir das perspectivas e conceitos ofertados pelos intelectuais da Escola Austríaca de Economia.

REFERÊNCIAS

- BARBIERI, Fábio. O ressurgimento da Escola Austríaca e a Teoria do Processo de Mercado. **Econômica**. Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 215 – 235, 2008.
- BRASIL, Raphael Gomes; MACEDO, Joel Jesus de. A regulação econômica na ótica da Escola Austríaca. **Revista FAE**, Curitiba, v. 19, n. 1, p. 108 – 117, jan./jun, 2016.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. A crise se aprofunda. **Folha de São Paulo**, p. B2, 2008.
- CARNEIRO, Fernanda Paz. **Escola Austríaca: principais aspectos e diferenças da escola neoclássica**. Monografia de Graduação. Centro de Ciências Administrativas e Econômicas, Universidade Federal de Roraima. Boa Vista, 2018.
- CASTRO, Lavínia Barros de. “Privatização, abertura e desindexação: a primeira metade dos anos 90”. In.: **Economia Brasileira Contemporânea (1945 – 2010)**. Organizadores: Fabio Giambiagi, et. al. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.
- Década de 50. Câmara dos Deputados, 2008. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/visitantes/panorama-das-decadas/decada-de-50>. Acesso em: 12 jul. 2020.
- Década de 60. Câmara dos Deputados, 2008. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/visitantes/panorama-das-decadas/decada-de-60>. Acesso em: 12 jul. 2020.
- Década de 70. Câmara dos Deputados, 2008. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/visitantes/panorama-das-decadas/copy_of_decada-de-70. Acesso em: 12 jul. 2020.
- FERRARI FILHO, Fernando. Os “Keynesianos” neoclássicos e o pós-Keynesianismo. **Ensaios FEE**, Porto Alegre, (12)2:, 340 – 348, 1991.
- FRITSCH, Winston. **A riqueza das nações: investigando sobre sua natureza e suas causas**. vol. 1. São Paulo, 1996.
- FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 32. ed. São Paulo. Editora Nacional, 2003.
- GALVÃO, Andréia; BOITO JR, Armando. **Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000**. São Paulo. Alameda, 2012.
- GIAMBIAGI, Fábio. “Estabilização, Reformas e Desequilíbrios macroeconômicos: os anos FHC (1995 – 2002). In.: **Economia Brasileira Contemporânea (1945 – 2010)**. Organizadores: Fabio Giambiagi, et. al. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

HORWITZ, Steve. **A teoria do valor-trabalho ainda assombra a humanidade e segue causando estragos**. Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2020. Disponível em: <https://www.mises.org.br/Article.aspx?id=2540#acNew>. Acesso em: 09 jul. 2020.

IORIO, Ubiratan Jorge. **Dos Protoaustríacos a Menger: Uma breve história das origens da Escola Austríaca de Economia**. São Paulo: Instituto Ludwig Von Mises, 2015.

MISES, Ludwig von. **Intervencionismo: uma análise econômica**. 4. ed. rev. São Paulo. LVM, 2018.

MISES, Ludwig von. **O cálculo econômico em uma comunidade socialista**. 3. ed. São Paulo. LVM, 2018.

MISES, Ludwig von. **O contexto histórico da escola austríaca de economia**. 2. ed. São Paulo. LVM, 2018.

MISES, Ludwig von. **Sobre moeda e inflação: uma síntese de diversas palestras**. 2. ed. São Paulo. LVM, 2018.

MOREIRA, Maxwell Ribeiro. **Economia Brasileira Contemporânea, v. 1**. Rio de Janeiro: Fundação CEDERJ, 2008.

REIS, Daniel Aarão; FERREIRA, Jorge; ZENHA, Celeste (org.) **O século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

ROQUE, Leandro. **Sobre a Crise de 1929 e a Grande Depressão, esclarecendo causa e consequência**. Site do Instituto Mises Brasil. Disponível em: <https://www.mises.org.br/article/2594/sobre-a-crise-de-1929-e-a-grande-depressao--esclarecendo-causa-e-consequencia#:~:text=No%20dia%20de%20outubro,%C3%A9%20do%20conhecimen to%20de%20todos>. Acesso em: 27 out. 2020.

SOTO, Jesus Huerta. **A Escola Austríaca**. São Paulo: Instituto Ludwig Von Mises Brasil, 2010.

SEGALA, Dioner. **A inflação dos preços no Brasil pós Plano Real: Uma discussão entre as teorias ortodoxas e a Escola Austríaca de Economia para o caso brasileiro**. Monografia de Graduação. Departamento de Economia e Relações Internacionais, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2017.

SCHIMITT, Rogério. **Partidos Políticos no Brasil (1945 – 2000)**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

SILVA, Felipe Rosa da. **Privatização vs. Desestatização: A Escola Austríaca o caso das telecomunicações**. Monografia de Graduação. Departamento de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, 2011.

VARGAS, Juliano; FELIPE, Edmilson Silva. **Década de 1980: as crises da Economia do estado brasileiro, suas ambiguidades institucionais e os movimentos de desconfiguração do**

mundo do trabalho no país. **Revista de Economia**. V. 41, n. 3 (ano 39), p. 127 – 148, set./dez., 2015.